



---

**CONSULTA 0002889-68.2011.2.00.0000**

**Requerente:** Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

**Requerido:** Conselho Nacional de Justiça

---

**Ementa:** CONSULTA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. PRECATÓRIOS. RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS. OBRIGAÇÃO. ARTIGO 32, II, DA RESOLUÇÃO/CNJ N. 115. PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS. IMPROCEDENTE.

I – Preliminarmente, considerando que inexiste previsão no Regimento Interno deste CNJ para pedido de esclarecimentos, em atenção ao princípio da fungibilidade, deve a presente manifestação ser recebida como recurso administrativo. Precedentes do CNJ.

II – Nos termos do art. 32, II da Resolução/CNJ n. 115, constitui obrigação acessória dos Tribunais de Justiça a efetivação dos repasses e retenção das contribuições previdenciárias e assistenciais devidas pelos credores, como também o recolhimento das contribuições previdenciárias e assistenciais de responsabilidade patronal, além da retenção e recolhimento do imposto de renda devido na fonte.

III – À entidade devedora, por sua vez, compete a realização dos depósitos de acordo com a opção do art. 37 do ADCT, no percentual constitucionalmente previsto.

IV – Consoante se depreende do art. 2º da Resolução em tela, constitui atribuição dos Tribunais de Justiça a adoção de medida cabíveis em caso de descumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares por parte das entidades de Direito Público devedoras.

V – Recurso Administrativo que se julga improcedente.

## **RELATÓRIO**

Trata-se de consulta na qual o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador José Roberto Bedran, na qualidade de ordenador dos precatórios do respectivo Estado, propugna por manifestação deste Conselho quanto ao modo de cumprimento do artigo 32, II, da Resolução n. 115/CNJ, especificamente no caso de ausência de comprovação pelas entidades devedoras que os valores depositados mês a mês cobrem os acréscimos da mora e permitem o recolhimento da previdência patronal.

Aponta inicialmente a instituição do regime especial de precatórios mediante Emenda Constitucional n. 62/2009, bem como a edição das Resoluções ns. 115 e 123 do CNJ, para fins de regulamentar os aspectos procedimentais e tornar exequível o texto maior.

Informa que o Procurador Geral do Estado peticionou ao Tribunal acerca do cumprimento do artigo 32 do normativo em tela.

Em prosseguimento transcreve informação prestada pelo Desembargador Venício Salles, Coordenador da Diretoria de Execução de Precatórios, no sentido de que *“a liquidação dos precatórios envolve, exclusivamente, os valores previstos na **decisão exequenda**, que indicam o montante principal, acessórios e os encargos que tocam aos credores, como aqueles ligados à previdência do servidor, assistência médica e imposto de renda”*, além de ausente comprovação de que a Fazenda do Estado realiza os depósitos mensais, contemplando os acréscimos da mora e os valores devidos à previdência patronal.

Sob sua ótica, resta demonstrado o interesse e repercussão geral do articulado, posto que a utilização dos recursos destinados a saldar os precatórios, sem demonstração da *eficiência*, poderá resultar na insuficiência do montante para satisfazer tempestivamente os credores.

Nos termos do art. 90 do RICNJ, respondi a consulta monocraticamente.

Em nova manifestação o requerente afirma que *“algumas questões e dúvidas remanescem, motivo pelo qual rogamos sejam esclarecidas”*. Sustenta que o recolhimento da previdência patronal nunca foi realizado no âmbito dos Tribunais de Justiça, sendo que a transferência desta obrigação representa inovação na rotina ligada à execução contra a Fazenda Pública.

Aduz que a lei orçamentária não contempla o valor previdenciário patronal, pelo que o pagamento anual dos precatórios pendentes pelo valor orçado não liquidará a dívida, gerando mora de unidades que estavam em situação regular, salvo se o recolhimento for feito pelo Executivo.

Cita situação específica do Estado de São Paulo, para ao final concluir como alternativa *“mais fácil”* a de reconhecer que o Judiciário pode promover o recolhimento com aporte complementar de recursos pelo Poder Executivo.

Requer seja esclarecida a origem orçamentária dos recursos que serão utilizados para o pagamento previdenciário patronal.

### **Relatados, passo a votar.**

Por meio da presente Consulta o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pretende esclarecimentos acerca do modo de cumprimento do art. 32, II da Resolução/CNJ n. 115/2010, especificamente quando ausente demonstração de que os depósitos efetuados mês a mês representam valores suficientes para saldar os acréscimos da mora e os valores devidos à previdência patronal.

A decisão monocrática proferida foi exarada nos seguintes termos:

O questionamento está revestido dos requisitos de interesse e repercussão gerais, enumerados no artigo 89 do RICNJ, tratando-se de consulta em tese, pelo que conheço da medida.

Pois bem.

A matéria encontra-se disciplinada no art. 100 da Constituição Federal, que dispõe sobre os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, em virtude de sentença judicial, para fins de assegurar os princípios da

impessoalidade e isonomia entre os credores, afastada qualquer hipótese de favorecimento.

Consoante se depreende tanto do mencionado dispositivo constitucional, como do art. 97 do ADCT, fixadas importantes regras para garantir o cumprimento do pagamento dos precatórios pelos entes públicos.

Assim, restou estabelecida no texto acrescido pela EC n. 62/2009 a obrigatoriedade de inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, para quitação no exercício seguinte, observada a atualização monetária.

Por sua vez, delineada a participação ativa do Poder Judiciário em relação às dotações orçamentárias e aos créditos abertos, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia correspondente.

Para o pagamento dos precatórios vencidos até a publicação da Emenda Constitucional n. 62/2009, instituída regra de transição pelo art. 97 do ADCT, de observância dos Estados, Distrito Federal e Municípios, que deverá ser aplicada até a promulgação de lei complementar federal que poderá estabelecer regime especial para pagamento, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida e a forma e prazo de liquidação.

A mencionada regra de transição possibilitou a opção por parte dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, por meio de ato do Poder Executivo, pelo depósito mensal em conta especial de 1/12 (um doze avos) ou pela adoção de regime especial pelo prazo de 15 anos.

O depósito em conta especial deve ser administrado pelo Poder Judiciário local, criada conta especial para este fim, que receberá os depósitos mensais de 1/12 do valor sobre as respectivas receitas correntes líquidas, sendo o percentual calculado nos termos do § 2º, do art. 97, ADCT.

Por outro lado, a adoção de regime especial pelo prazo de 15 anos autoriza o depósito na conta especial, correspondendo anualmente ao saldo total dos precatórios devidos, conforme § 1º do mencionado dispositivo, abaixo reproduzido:

Art. 97. Até que seja editada a lei complementar de que trata o § 15 do art. 100 da Constituição Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, na data de publicação desta Emenda Constitucional, estejam em mora na quitação de precatórios vencidos, relativos às suas administrações direta e indireta, inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial instituído por este artigo, farão esses pagamentos de acordo com as normas a seguir estabelecidas, sendo inaplicável o disposto no art. 100 desta Constituição Federal, exceto em seus §§ 2º, 3º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14, e sem prejuízo dos acordos de juízos conciliatórios já formalizados na data de promulgação desta Emenda Constitucional:

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sujeitos ao **regime especial** de que trata este artigo optarão, por meio de ato do Poder Executivo:

I - pelo depósito em conta especial do valor referido pelo § 2º deste artigo; ou

II - pela adoção do regime especial pelo prazo de até 15 (quinze) anos, caso em que o percentual a ser depositado na conta especial a que se refere o § 2º deste artigo corresponderá, anualmente, ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento.

§ 2º Para saldar os precatórios, vencidos e a vencer, pelo regime especial, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devedores depositarão mensalmente, em conta especial criada para tal fim, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, **sendo que esse percentual, calculado no momento de opção pelo regime e mantido fixo até o final do prazo a que se refere o § 14 deste artigo, será:**

**I - para os Estados e para o Distrito Federal:**

a) **de, no mínimo, 1,5%** (um inteiro e cinco décimos por cento), para os Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Distrito Federal, ou cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a até 35% (trinta e cinco por cento) do total da receita corrente líquida;

b) **de, no mínimo, 2% (dois por cento), para os Estados das regiões Sul e Sudeste**, cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a mais de 35% (trinta e cinco por cento) da receita corrente líquida;

Feita esta consideração preliminar sobre as normas constitucionais atinentes ao tema tratado nesta Consulta, cumpre a análise da Resolução/CNJ n. 115/2010, que dispõe sobre a gestão de precatórios no âmbito do Poder Judiciário.

Considerando a necessidade de maior controle dos precatórios expedidos e de tornar mais efetivos os instrumentos de cobrança dos créditos judiciais em desfavor do Poder Judiciário, bem assim de regulamentar os aspectos procedimentais referentes à Emenda Constitucional n. 62/09, a norma administrativa em tela, ao regulamentar a quitação das obrigações acessórias, expressamente previu na Sessão XIII:

**Art. 32.** Efetivado o pagamento de precatório, com observância das hipóteses, prazos e obrigações previstos na legislação aplicável, o Tribunal de Justiça local providenciará, diretamente ou mediante repasse da verba aos Tribunais Regionais Federais e do Trabalho, quando for o caso:

I – retenção das contribuições previdenciárias e assistenciais devidas pelos credores, e repasse dos valores retidos aos institutos de previdência e assistência beneficiários;

**II – recolhimento das contribuições previdenciárias assistenciais de responsabilidade patronal devidas em função do pagamento, aos institutos de previdência e assistência beneficiários;**

III – depósito da parcela de FGTS em conta vinculada à disposição do credor;

IV – retenção do imposto de renda devido na fonte pelos credores, e seu respectivo recolhimento.

Parágrafo único: O Tribunal de Justiça local, em até 30 (trinta) dias da data da efetivação do pagamento, comunicará à entidade devedora a sua efetivação, indicando o valor pago a cada credor, com a individualização das verbas pagas e memória do cálculo de atualização respectivo.

Com efeito, evidenciada a clareza da norma ao determinar, como obrigação acessória do Tribunal no pagamento do precatório, a retenção e repasse das contribuições previdenciárias e assistenciais devidas pelos credores, como também o recolhimento das contribuições previdenciárias e assistenciais de responsabilidade patronal, além da retenção e recolhimento do imposto de renda devido na fonte.

Note-se que a própria norma é suficiente para o esclarecimento da presente indagação, constituindo obrigação da Corte Estadual a efetivação dos repasses e recolhimentos citados, ao passo que à entidade devora compete a realização dos depósitos de acordo com a opção do art. 97, ADCT, no percentual constitucionalmente previsto.

Ademais, a Resolução questionada, quando prevê a necessidade de discriminação dos valores correspondentes, somente o faz em relação ao próprio Tribunal de Justiça, que deverá comunicar à entidade devedora no prazo de 30 dias e indicar o valor pago a cada credor, com a individualização das verbas pagas e memória do cálculo atualizado (art. 32, parágrafo único), nada dispondo acerca desta obrigação de fazer por parte dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Pelos fundamentos expostos, **conheço** da Consulta em epígrafe para, no mérito, nos termos do art. 90 do RICNJ, reconhecer a obrigação dos Tribunais de Justiça ao recolhimento das contribuições previdenciárias assistenciais de responsabilidade patronal devidas em função do pagamento, aos institutos de previdência e assistência beneficiários, conforme disposição do art. 32, II da Resolução/CNJ n. 115/2010, independentemente de discriminação dos respectivos valores pela entidade devedora.

Preliminarmente, considerando que inexistente previsão no Regimento Interno deste CNJ para pedido de esclarecimentos, em atenção ao princípio da fungibilidade, deve a presente manifestação ser recebida como recurso administrativo, conforme já decidido pelo Plenário da Corte em ocasião pretérita:

Pedido de Providências. Embargos de Declaração. Fungibilidade. Recebimento como Recurso Administrativo. Ausência de pedido específico. Falta de lastro probatório e correlação com pedido de caráter genérico. Inépcia da inicial. 1) **Mesmo não havendo previsão regimental para recurso de embargos de declaração e tampouco para o vetusto pedido de esclarecimentos (art. 21, § único, do antigo Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça), com suporte no Princípio da Fungibilidade, recebe-se pleito de caráter recursal na qualidade de Recurso Administrativo (art. 115 do atual Regimento Interno).** 2) Pedido genérico e sem especificação afronta o disposto nos arts. 282, IV, do CPC, e 6º, IV, da Lei 9.784, de 1999, com oportunidade de emenda da exordial para fins de eliminação do vício, caracteriza ausência de pressuposto para a constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, o que acarreta a extinção do processo, sem a análise de mérito (art. 267, IV, CPC). 3) Precedentes do CNJ: PPs 65 e 657. 4) Conheço do recurso, mas nego provimento à pretensão recursal, com consequente extinção do processo sem a apreciação do mérito. (CNJ –

PP 200910000021451 - Rel. Cons. Walter Nunes da Silva Júnior – 88ª sessão – j. 18/08/2009 – DJU nº 161/2009 em 24/08/2009 p. 06).

Como já salientado a Consulta formulada visou, inicialmente, manifestação do Conselho Nacional de Justiça *“quanto ao modo de cumprimento do artigo 32, inciso II, da Resolução CNJ n. 115/2010, especialmente quando não comprovado pelas entidades devedoras que os valores depositados mês a mês cobrem os acréscimos da mora e permitem o recolhimento da previdência patronal”* (REQINIC1).

O pedido consubstanciado no recurso, de plano, altera a pretensão inicial, na medida em que agora busca *“seja esclarecido a origem orçamentária dos recursos que serão utilizados para o pagamento previdenciário patronal”* (OFIC4).

De todo o modo, a decisão monocrática reconhece expressamente a obrigação dos Tribunais de Justiça ao recolhimento das contribuições previdenciárias assistenciais de responsabilidade patronal devidas em função do pagamento, aos institutos de previdência e assistência beneficiários, conforme determina expressamente o art. 32, II da Resolução/CNJ n. 115/2010, independentemente de discriminação dos respectivos valores pela entidade devedora.

Na manifestação que ora se analisa o requerente pretende seja esclarecida a origem orçamentária dos recursos que serão utilizados para o pagamento previdenciário patronal, sob o fundamento de que a lei orçamentária não contempla tais valores.

Em simetria, o ato normativo que regulamenta a matéria possui absoluta clareza ao dispor sobre a obrigatoriedade da inclusão no orçamento das verbas necessárias ao pagamento de precatórios, autorizada, aos Tribunais, a adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares por parte das entidades de Direito Público devedoras, nos termos do art. 2º da Resolução em tela, que assim dispõe:

Art. 2º. Através do SGP, os Tribunais poderão monitorar o pagamento de precatórios, verificando o descumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares por parte das entidades de Direito Público devedoras no pagamento de precatórios e adotando as medidas cabíveis.

Desse modo, respondo à Consulta formulada para reconhecer a obrigação dos Tribunais de Justiça ao recolhimento das contribuições previdenciárias assistenciais de responsabilidade patronal, conforme disposição do art. 32, II da Resolução/CNJ n. 115/2010, além de competir às Cortes Estaduais a adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento, pelas entidades de Direito Público devedoras, das normas constitucionais, legais e regulamentares atinentes à matéria.

Em consequência, considerando a impossibilidade de recurso contra as decisões plenárias deste Conselho, determino o arquivamento do feito, após as comunicações de praxe.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

**Conselheiro NEY JOSÉ DE FREITAS**

**Relator**

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por NEY JOSÉ DE FREITAS em 23 de Fevereiro de 2012 às 11:55:21



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**28/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**28/03/2014 00:00:00**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **418329**



12030915204400000000000417621